

Doutor António Moreira Maués⁶⁵

“Acredito no bem fundado da velha máxima segundo a qual não pode ser um bom jurista quem apenas sabe Direito.”

(António Avelãs Nunes)

Recordo-me perfeitamente da ocasião em que conheci o Prof. António Avelãs Nunes, em 1997. Aluno de doutorado, fora convidado pelo Prof. Vital Moreira para realizar pesquisas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ao chegar, Avelãs me ofereceu sua própria sala para eu trabalhar, demonstrando logo um dos principais aspectos de seu caráter: a solidariedade.

Passados mais de vinte anos, a memória também responde afirmativamente às diversas ocasiões em que pude usufruir de sua companhia. Algumas delas inesquecíveis para várias outras pessoas, como sua palestra no seminário de abertura do Curso de Doutorado em Direito da UFPA, em 2003; a reunião do *Grupo Cainã*, organizada por ele no Palácio do Buçaco, em 2007; sua participação no XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, em João Pessoa, em 2014; ou sua recente visita à UFOPA,

em 2017. Para alegria de seus colegas paraenses, Belém tem sido um dos destinos constantes de Avelás, o que faz do oceano que nos une um imenso canal para seus ensinamentos.

Em tantos encontros, Avelás nos ensina o compromisso com a democracia e a igualdade. Herdeiro de Karl Marx, nosso professor acredita que a Economia Política se coloca numa perspectiva de transformação da sociedade e que o cientista deve trabalhar em prol de um mundo justo. Por isso, seus textos incentivam o jurista a dialogar com as outras ciências sociais, de modo a ter uma visão crítica das instituições e poder formular propostas que abram o caminho dessa nova sociedade.

Para este livro, Avelás selecionou trabalhos apresentados no Brasil, especialmente em nosso Estado, e que ocupam um intervalo de tempo que se estende de 2000 a 2017. Essa opção é benfazeja porque permite ao leitor conhecer os temas que, a cada visita, ele escolheu debater com seus alunos e colegas brasileiros. Ao mesmo tempo, tem-se uma síntese das questões mais importantes que envolveram as relações entre Direito e Economia nas duas últimas décadas, o que se torna possível graças ao conhecimento enciclopédico de seu autor.

Avelás destaca-se pela profundidade de sua crítica ao neoliberalismo, que, a partir da década de 1970, substituiu o *consenso keynesiano* que alicerçou a construção do Estado Social. Sem perder sua condição de Estado capitalista, o Estado Social trouxera um certo domínio do político sobre o econômico, satisfazendo algumas aspirações dos trabalhadores como forma de reproduzir o capitalismo. Essa solução de compromisso, que buscava proporcionar condições de vida digna a todos, passou a ser desfeita pelo neoliberalismo, que defende que o Estado deve manter-se afastado da economia. A política econômica, que visava alcançar a justiça social, passa a ser substituída pelas “leis naturais do mercado”, conforme o dogma de que a economia deve ser deixada sob o controle dos agentes privados que buscam a maximização do lucro.

Essa mudança está associada à expansão da globalização financeira, cujo objetivo maior, aponta Avelás, é a criação de um mercado único de capitais à escala mundial, que permita aos grandes conglomerados financeiros desmontar quaisquer limites político-jurídicos à realização de seus

lucros. Avelãs analisa de modo detalhado os caminhos pelos quais essa globalização forjou a União Europeia, pois a “Europa do capital” é fruto de um conjunto de decisões políticas que assentaram uma nova ordem econômica, baseada nos seguintes pilares: liberdade de comércio, liberdade de circulação de capitais, desregulamentação dos mercados, privatizações, adoção de políticas tributárias favoráveis aos mais ricos e aos rendimentos do capital, redução das despesas públicas e dos direitos dos trabalhadores, e rejeição das políticas de redistribuição de renda.

Ao impor regras econômico-financeiras a todos os Estados, sem qualquer controle por órgãos legitimados pelo voto popular, o mercado único europeu causou graves danos à democracia, pois cada vez menos as autoridades prestam contas de suas decisões ao povo, que vai perdendo os instrumentos de controle sobre os governantes. Livre de constrangimentos políticos, o capital financeiro adquire força para, nos diferentes países, nivelar por baixo os direitos sociais, os salários, a proteção dos desempregados e a defesa do meio ambiente.

Avelãs nos mostra ainda como a crise do capitalismo que se iniciou em 2008 acentuou as consequências trágicas desse processo para a vida das pessoas. Na Europa, a crise acelerou a perda de soberania dos Estados Nacionais, por força da imposição de programas de austeridade perpétua que destroem suas economias, põem em causa as regras do estado de direito democrático e levam ao aumento do desemprego e à falência de muitas pequenas e médias empresas. O agravamento da exploração do trabalho e dos custos ambientais é a outra face do incremento do poder dos grandes especuladores, que atuam à margem da lei, por meio de fraudes e evasões, e recorrem a paraísos fiscais para evitar pagar os impostos que poderiam financiar as políticas sociais.

Não é possível compreender os problemas enfrentados atualmente pela democracia e pelo estado de direito sem analisar essas questões, sobre as quais os trabalhos aqui reunidos oferecem um guia seguro, que também nos indica o caminho para sua solução: a reconquista e o aprofundamento da democracia. Avelãs acredita que é possível construir uma Europa solidária, assente na paz e na cooperação com todos os povos do mundo, e que juristas com uma formação ampla, que lhes permite com-

preender as mutantes situações de vida, têm um papel a cumprir nessa construção.

A enorme qualidade intelectual dos estudos aqui apresentados, porém, não diz tudo. Igualmente importante é servirem de testemunho dos vínculos que Prof. Avelãs e D. Maria Helena possuem em Belém, os quais, a cada visita, aumentam o oceano de amizade e gratidão que nos une.